



ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

PORTARIA DEPENDS Nº 64/DE-6, DE 19 DE JULHO DE 1999.

Estabelece critérios e procedimentos para a avaliação de desempenho docente, para efeito de pagamento da Gratificação de Estímulo à Docência (GED), de que trata a Lei nº 9.678, de 03 de julho de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.668, de 13 de julho de 1998, e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA, usando das atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 11. do Regulamento do Departamento de Ensino da Aeronáutica, aprovado pela Portaria nº 552/GM3, de 25 de agosto de 1988, e o inciso I do art. 3º da Portaria nº 608/GM3, de 20 de maio de 1981, e tendo em vista as disposições constantes da Lei nº 9.678, de 3 de julho de 1998, e do Decreto nº 2.668, de 13 de julho de 1998, resolve:

Art. 1º - Estabelecer critérios e procedimentos para a avaliação do desempenho docente dos ocupantes dos cargos de professor de 3º grau, lotados e em exercício nas seguintes organizações do Sistema de Ensino da Aeronáutica (SISTENS): Universidade da Força Aérea (UNIFA), Academia da Força Aérea (AFA), Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR) e Instituto de Proteção ao Voo (IPV), para efeito de pagamento da Gratificação de Estímulo à Docência (GED).

Art. 2º - A avaliação de desempenho docente, realizada anualmente, será baseada nas informações constantes do relatório de atividades, a ser preenchido pelo docente e encaminhado à comissão de avaliação de desempenho docente à qual estiver vinculado.

Parágrafo único - A não apresentação do relatório constante do caput deste artigo implicará na exclusão do docente do processo de avaliação para o ano considerado.

Art. 3º - A avaliação do desempenho docente observará o seguinte:

I - avaliação quantitativa, que se refere às horas-aula ministradas e demais atividades de docência correlatas.

II - avaliação qualitativa, que compreende a avaliação das atividades de docência, pesquisa e extensão.

Art. 4º - Os docentes com regime de quarenta horas e dedicação exclusiva de quarenta horas semanais devem combinar suas cargas horárias didáticas com outras atividades acadêmicas no âmbito da docência, pesquisa e extensão.

Art. 5º - Na avaliação de desempenho dos docentes detentores de função gratificada, a comissão de avaliação das organizações de ensino poderá estipular pontuações específicas para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Art. 6º - Os docentes regularmente afastados para realização de programas de pós-graduação serão avaliados pela comissão de avaliação a qual estiver vinculado, com base em relatórios de atividades e parecer do orientador, do coordenador ou do responsável pelo curso.

Art. 7º - O número total de pontos a distribuir, anual-mente, para a avaliação qualitativa nas organizações constantes do art. 1º somente poderá ultrapassar a quarenta e cinco vezes o número de docentes efetivos em atividade, mediante aprovação pelo Departamento de Ensino, de proposição apresentada pela organização de ensino interessada.

Parágrafo único - O número de pontos adicionais a serem distribuídos nas organizações de ensino, nos termos deste artigo, não poderá ultrapassar, a cada ano, dez vezes o número de docentes efetivos em atividade no conjunto das organizações citadas no art. 1º.

Art. 8º - Na avaliação de desempenho, poderá ser atribuído ao docente até o máximo de 140 pontos, com base nos seguintes parâmetros:

I - na avaliação quantitativa, a pontuação do docente será obtida pela carga horária semanal média, multiplicada por dez, até um total de 120 pontos, em função das seguintes atividades:

- a) atividades em sala de aula;
- b) atividades didáticas inerentes ao ensino a distância;
- c) demais atividades de docência correlatas que conduzam à consecução do ensino;

II - na avaliação qualitativa, a pontuação do docente, até o máximo de 60 pontos, será considerada em função das seguintes atividades:

- a) desempenho didático do docente;
- b) qualificação em programas de pós-graduação;
- c) participação em atividades didático-pedagógicas;
- d) orientação & projetos ou atividades de iniciação científica;
- e) orientação de trabalhos monográficos curriculares;
- f) orientação de teses de interesse da Aeronáutica em programas de pós-graduação;
- g) participação em bancas examinadoras;
- h) produção científica, técnica e cultural,

l) participação em projetos de pesquisa e programas de extensão aprovados pela organização de ensino;

- i) participação em congressos, simpósios e seminários, e
- j) participação em atividades de representação e de assessoramento acadêmico.

Art. 9º - Aos docentes detentores de função gratificada e que ocupem cargos na administração de ensino fica assegurada a gratificação equivalente a oitenta e quatro pontos, não se aplicando aos mesmos a obrigatoriedade do mínimo de oito horas semanais de aula, nos termos do artigo 3º do Decreto nº 2.668, de 13 de julho de 1998.

Art. 10 - Os docentes regularmente afastados para realização de programas de pós-graduação e os docentes ocupantes de função gratificada FG 1 e FG 2, na própria organização de ensino, poderão perceber a gratificação calculada com base em pontuação superior a oitenta e quatro pontos, desde que sejam submetidos ao processo de avaliação de desempenho docente.

Art. 11 - O docente servidor cedido para exercício de cargo de natureza especial ou DAS 6, 5 ou 4, ou cargo equivalente na administração pública, tem direito à referida gratificação de estímulo calculada a partir da média aritmética dos pontos utilizados para fins de pagamento da gratificação durante os últimos vinte e quatro meses em que a percebeu antes da cessão.

Parágrafo único - Na impossibilidade do cálculo da média referida no caput, serão atribuídos ao docente oitenta e quatro pontos.

Art. 12 - O docente aposentado ou beneficiário de pensão, na situação em que o referido aposentado ou instituidor que originou a pensão tenha adquirido o direito ao benefício quando ocupante de cargo efetivo, referido nesta Lei, tem direito à gratificação de estímulo à docência calculada a partir da média aritmética dos pontos utilizados para fins de pagamento da gratificação durante os últimos vinte e quatro meses em que a percebeu.

Parágrafo único - Na impossibilidade do cálculo da média referida no caput, serão atribuídos ao docente oitenta e quatro pontos.

Art. 13 - A gratificação de estímulo à docência será calculada em função dos valores estabelecidos no anexo da Lei 9.678, de 3 julho de 1998, multiplicado pelo número de pontos obtidos pelo docente no processo de avaliação.

Art. 14 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor-Geral do DEPENS.

Art. 15 - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ten.-Brig.-do-Ar - OSÍRIS CASTILHO
Diretor-Geral do DEPENS